

COORDENADORES

Gísela Sampaio da Cruz Guedes

Mariana Freitas de Souza

Felipe Varela Mello

Victor Willcox

DIREITO CIVIL *e* ARBITRAGEM

Influxos e Desafios

VOLUME 1

CBMA
CONSELHO BRASILEIRO
DE MÉRITO E ARBITRAGEM



DIREITO CIVIL E ARBITRAGEM
INFLUXOS E DESAFIOS

VOL. I

COORDENADORES

Gisela Sampaio da Cruz Guedes

Mariana Freitas de Souza

Felipe Varela Mello

Victor Willcox

DIREITO CIVIL E ARBITRAGEM
INFLUXOS E DESAFIOS

VOL. I



EDITORA
PROCESSO
Rio de Janeiro
2026

EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 98499-0001 / (21) 2209-0401 / (21) 3889-8181

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio LTDA ME

Copyright © 2026 - Gisela Sampaio da Cruz Guedes, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial da Editora Processo

Maria Celina Bodin de Moraes (Presidente)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade (*In memoriam*)

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitri Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Carlos Martins Neto

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedrosa

Gustavo Pereira Leite Ribeiro

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martônio Mont'Alverne Barreto Lima

Maurício Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Sergio Campinho

Zeno Veloso (*In memoriam*)

Diagramação - Mariana Carvalho
Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G346d

Guedes, Gisela Sampaio da Cruz, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Direito Civil e Arbitragem - Influxos e Desafios - Vol. 1 / Gisela Sampaio da Cruz Guedes, Mariana Freitas de Souza, Felipe Varela Mello e Victor Willcox (Coords.)

Rio de Janeiro: Processo, 2026

880 p. : 23cm

ISBN - 978655378369-0

1. Direito Civil e Arbitragem - Influxos e Desafios - Vol. 1. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

A ideia desta obra coletiva não nasceu de um lampejo, mas de uma observação reiterada, amadurecida ao longo da prática: a Arbitragem revela-se como um terreno particularmente fértil para o cultivo atento e rigoroso do Direito Civil. Ali, onde o formalismo processual cede espaço a um procedimento mais flexível, o julgador pode, por assim dizer, afastar as cortinas e permitir que a substância do conflito – o Direito em sua expressão mais concreta – venha ocupar o centro do palco.

No âmbito do Poder Judiciário, o julgador é frequentemente chamado a manejar um intrincado aparato de questões processuais, que, embora indispensáveis, muitas vezes funcionam como o andaime que oculta a fachada. Na Arbitragem, ao contrário, a elasticidade do procedimento permite que árbitros e advogados – livres de certos constrangimentos formais – se detenham com maior vagar e profundidade sobre o direito material controvertido, que, não raro, encontra suas raízes mais profundas no Direito Civil. É nesse espaço menos ruidoso, mais propício à reflexão, que os institutos civilísticos revelam toda a sua densidade e vocação prática.

É justamente dessa constatação que emerge a proposta da coletânea: estabelecer um diálogo entre o Direito Civil e a Arbitragem, dois campos que, longe de se ignorarem, se entrelaçam como raízes subterrâneas de uma mesma árvore.

A primeira – e talvez mais evidente – interseção entre esses universos manifesta-se na aplicação, pelo tribunal arbitral, dos tradicionais institutos do Direito Civil. Como interpretam os árbitros os mais variados contratos e cláusulas que lhes são submetidos? De que modo mobilizam categorias clássicas – inadimplemento, nexo de causalidade, dano, entre tantas outras – não apenas para decidir o mérito das controvérsias, mas também para quantificar, com precisão, os pleitos formulados pelas partes? Essas questões atravessam a obra como um fio condutor.

O diálogo entre o Direito Civil e a Arbitragem não se esgota nessa dimensão mais imediata. Indo além, percebe-se que os próprios alicerces da Arbitragem, enquanto método alternativo de resolução de disputas, se assentam sobre conceitos nucleares da dogmática civilística. A Arbitragem nasce de uma convenção privada e, como tal, submete-se naturalmente às categorias da teoria geral dos contratos, com tudo o que isso implica em termos de validade, eficácia, interpretação e limites.

Diversas outras indagações, exploradas ao longo dos capítulos, ilustram a riqueza desse diálogo. Pode o tribunal arbitral, valendo-se da desconsideração da personalidade jurídica, estender os efeitos da convenção de arbitragem a uma parte não signatária? Qual o destino da convenção arbitral na hipótese de transmissão da posição contratual ou creditícia de uma das partes? Em que medida a dogmática civilística do dever de informar, como expressão da boa-fé objetiva, ilumina o exame do dever de revelação imposto ao árbitro? E, afinal, qual é o regime de responsabilidade civil aplicável à atuação arbitral? São perguntas que desafiam respostas cuidadosas – e que os autores da obra se propuseram a enfrentar com rigor e criatividade.

Do ponto de vista estrutural, a coletânea reflete as tradicionais divisões do Direito Civil, percorrendo pelo campo da teoria geral, das obrigações, dos contratos, da responsabilidade civil, dos direitos reais, bem como pela seara do direito de família e das sucessões. Essa organização não é meramente didática: ela espelha a convicção de que a arbitragem não constitui um corpo estranho ao sistema, mas um espaço no qual a dogmática civilística encontra novas formas de expressão e concretização.

Cumpre, por fim, um esclarecimento que também é, de certo modo, uma nota de confiança. Os autores convidados a integrar a coletânea são profissionais de reconhecida excelência, todos com prática arbitral destacada, e escolheram livremente os temas de seus estudos, sem qualquer sugestão ou direcionamento prévio dos coordenadores, que se limitaram a explicar a ideia central da obra. Ao recebermos os textos, fomos surpreendidos – e aqui o termo não é retórico – pela originalidade das abordagens e pela finura das inter-

relações estabelecidas. Cada capítulo parece confirmar, à sua maneira, uma verdade simples e, ao mesmo tempo, profunda: a Arbitragem, quando bem compreendida, não afasta o civilista de sua dogmática; ao contrário, devolve-lhe o prazer do raciocínio jurídico em estado quase puro.

Se esta obra alcançar o seu propósito, não será por oferecer respostas definitivas – que o Direito raramente comporta –, mas por estimular novas perguntas, novos olhares e novas aproximações. Como um espelho discreto, espera-se que ela permita ao leitor reconhecer, na prática arbitral, o reflexo nítido e indispensável do Direito Civil. Desejamos, assim, não apenas uma boa leitura, mas uma leitura proveitosa, daquelas que permanecem na memória e seguem dialogando com o leitor muito depois de fechado o livro.

GSCG, MFS, FVM e VW

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

ARBITRAGEM, PRESCRIÇÃO E DECISÃO POR EQUIDADE

<i>Thiago Marinho Nunes</i>	17
-----------------------------------	----

ARBITRAGEM E DIREITO CIVIL: A BASE TEÓRICA PRIVADA DE UMA ESTRUTURA DE SUCESSO

<i>Luis Fernando Guerrero</i>	47
-------------------------------------	----

PROVA DOS FATOS E PERÍCIA TÉCNICA EM ARBITRAGENS: UMA ANÁLISE DO PROTOCOLO SACHS

<i>Leonardo Faria Schenk e Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo</i>	67
--	----

O ERRO COMO DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO: PRESSUPOSTOS E CONSEQUÊNCIAS

<i>Judith Martins-Costa e Pietro Webber</i>	91
---	----

O PODER JUDICIÁRIO E A ALEGAÇÃO DE VÍCIO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

<i>Ivan Nunes Ferreira e Alessandra Slerca</i>	107
--	-----

A VIOLAÇÃO AO DEVER DE REVELAÇÃO E O ERRO SOBRE A PESSOA

<i>Antonio Cesar Siqueira e Mariana Siqueira</i>	135
--	-----

A ARBITRAGEM PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS: ARBITRABILIDADE SUBJETIVA, SIMULAÇÃO SUBJETIVA E A VINCULAÇÃO DO TERCEIRO OCULTO À ARBITRAGEM

Gustavo José Mizrahi e Daniel Alfonsin Rocha..... 155

APONTAMENTOS SOBRE O ARTIGO 32, INCISO I, DA LEI N.º 9.307/96: NULIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM COMO MOTIVO DA NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL

João Rafael Castro de Oliveira e Ana Thereza Franco Maranhão . 171

ARBITRAGEM, DIREITO CIVIL E CNRD DA AUTONOMIA REGULATÓRIA AO CONTROLE DE VALIDADE

Leonardo de Oliveira Máximo e Hudson Paiva Jr 197

ARBITRAGEM E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: COMENTÁRIOS AO RECURSO ESPECIAL N.º 1.698.730

Milena Donato Oliva e Henrique de Moraes Fleury da Rocha 223

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ARBITRAGEM: CONTROVÉRSIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS E MEIOS DE MITIGAR A INSEGURANÇA JURÍDICA

Alice Moreira Franco e Miguel Gurgel 245

OBRIGAÇÕES

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM ARBITRAGENS: POSSÍVEIS MEDIDAS PARA MITIGAR OS RISCOS DE NULIDADE DO PROVIMENTO ARBITRAL QUE DEFERE O PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Mario Felipe de Lemos Gelli e Naomi Fizon Zagrodny 279

NOTAS SOBRE O DEVER DE REVELAÇÃO DOS ÁRBITROS E O DE AUTOINFORMAÇÃO DAS PARTES EM DECORRÊNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA

Fernanda Medina Pantoja, Jeniffer Gomes da Silva e Maria Gentil Gonçalves da Rocha..... 305

AS ANTI-SUIT INIUNCTIONS E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Michele Lyra da Cunha Tostes..... 319

PROCESSO OU PROCEDIMENTO: SOBRE BOA-FÉ E A ENCRUZILHADA DA ARBITRAGEM

Bruno Carriello e Felipe Neves Monteiro..... 347

ENSAIOS SOBRE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM E SUA EVENTUAL APLICABILIDADE À FUNÇÃO JUDICIANTE DO ÁRBITRO

Marcela Melichar Suassuna e Leonardo Wortmann Ghiaroni..... 377

TRANSMISSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL, CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

Gisela Sampaio da Cruz Guedes e Mariana Freitas de Souza 397

TRANSMISSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM CASOS DE SUBROGAÇÃO

José Antonio Fichtner e Rodrigo Salton 431

ARBITRAGEM E COMPENSAÇÃO

Rafael Francisco Alves e Beatriz Mantovani Bergamo 459

COMPENSAÇÃO NA ARBITRAGEM INTERNACIONAL: O ESTADO DA ARTE DA PROBLEMÁTICA DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL

Daniel Dias 477

REDUÇÃO EQUITATIVA DA CLÁUSULA PENAL: HÁ LIMITES PARA A APLICAÇÃO DO ART. 413 DO CÓDIGO CIVIL NA ARBITRAGEM?

Marcela Kohlbach Faria 507

PROBLEMÁTICAS EM TORNO DA REDUÇÃO DE CLÁUSULAS PENAS EM ARBITRAGEM

Eleonora Coelho e Julia Martins Gomes 529

A REDUÇÃO EQUITATIVA DA CLÁUSULA PENAL PELO ÁRBITRO

Rodrigo Garcia da Fonseca 557

CONTRATOS

INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL NO CONTEXTO ARBITRAL: ANÁLISE EMPÍRICA DE EMENTAS E SENTENÇAS PÚBLICAS

Bernard Potsch M. 581

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

José Roberto de Castro Neves 603

INCOMPATIBILIDADE DO EXAME PRIMA FACIE COM AS CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS EM CONTRATOS POR ADESÃO

Livia Ikeda e Fernando Novis 627

A EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM CONTRATOS COLIGADOS COM PARTES DISTINTAS

Mariana Aguiéiras Cuzzo e Ana Carolina D'Avilla 655

EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONVENÇÃO ARBITRAL NOS CONTRATOS COLIGADOS: EM BUSCA DE SEGURANÇA NA JURISPRUDÊNCIA E NA DOUTRINA

Guilherme Setoguti J. Pereira e Bárbara Spohr Gonçalves 679

EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A CONTRATO COLIGADO COM CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO: O CASO PARANAPANEMA

Flavia Cristofaro e Joaquim Simões Barbosa 705

EXTENSÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA AO "TERCEIRO CÚMPLICE"

Carlos Nelson Konder e Rodrigo Salton 733

O PROVIMENTO SUBSTITUTIVO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE EM CONTRATOS EMPRESARIAIS COMPLEXOS: EFICÁCIA DAS DECISÕES ARBITRAIS

Flávio Spaccaquerche Barbosa e Paula Moreira de Souza Camargo

..... 753

A ARBITRAGEM COMO FORO MAIS CONVENIENTE PARA APLICAÇÃO DAS CLÁUSULAS DE HARDSHIP

Arnoldo Wald, Riccardo Giuliano Figueira Torre e Antonio Alberto Rondina Cury 779

PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM DISPUTAS CONTRATUAIS: O QUE OS ÁRBITROS ESPERAM QUE SEJA DEMONSTRADO PELAS PARTES?

Beni Flint, Enrico Magalhães Caparica e Vilmar Luiz Graça Gonçalves 801

RESOLUÇÃO POR INADIMPLEMENTO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS

Bruno Barreto de Azevedo Teixeira e Stefano Martello Panno Machado 833

AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE ORIGEM ANGLO-SAXÃ NA PERSPECTIVA ARBITRAL BRASILEIRA

André Chateaubriand Martins 859